

## Audiência Pública: Formação inicial e continuada de professores

Boa tarde a todos e todas! Agradeço o convite, parablenizo pela iniciativa e manifesto minha satisfação em estar aqui, nesta casa, discutindo um tema da maior relevância para a formação das novas gerações e, sobretudo, para o desenvolvimento do país.

Por isso escolhi iniciar com a proposição de Antonio Candido em que declara “[...] procuro localizar um aspecto da vida social [...] considerado não só como **tema sociológico**, mas também como **problema social**” (CANDIDO, 1971, p. 20). Essa proposição traduz a nossa posição face às questões ligadas à formação dos professores e a seu trabalho: não se trata de abordar um tema, mas sim de estudar um problema social da maior relevância nos dias atuais.

Falo aqui em nome das autoras do livro “Professores do Brasil: novos cenários de formação” (Bernardete Gatti, Elba Barretto e Marli André), da Fundação Carlos Chagas, da Unesco e, também, represento aqueles que lutam pelo direito a educação de qualidade e equitativa para todos/as. Não podemos pensar em futuro para o país com apenas uma pequena elite bem formada.

Organizei minha fala em dois momentos: primeiro, destaco alguns dados da educação básica e da formação de docentes provenientes do estudo que realizamos; depois, listo algumas recomendações para a formação inicial e continuada de professores no âmbito das políticas públicas.

Início reconhecendo que os avanços sociais no Brasil resultaram na ampliação do direito à educação e de oportunidades de acesso a todas as etapas da escolaridade. Em uma década e meia, a escolaridade média da população brasileira de 18 a 29 anos subiu de 7,7 para 10 anos de estudo. Persistem, entretanto, fortes desigualdades quanto ao acesso à educação, à capacidade de prosseguir nos estudos e à qualidade da educação recebida.

Em 2016, eram 48,8 milhões de estudantes matriculados na educação básica e 8 milhões na educação superior, perfazendo um total de 56,8 milhões de alunos nos sistemas regulares de ensino. São 2.196.397 os professores responsáveis pela

educação dos alunos da educação básica e 91.409 professores de cursos de licenciatura em exercício.

O crescimento do atendimento na educação básica, nas últimas décadas, deveu-se aos esforços de diversas políticas de ampliação das redes escolares de educação básica para universalizar o acesso, e isso fez crescer a demanda por docentes, o que afetou a qualidade de suas formações. Optou-se por cursos mais rápidos, ou programas de formação docente simplificados, apostou-se na modalidade EaD, sem a necessária regulação e monitoramento.

No presente momento cabe refletir sobre este aspecto e aliar-se a perspectiva da qualidade à da quantidade, dado que não é mais momento de conviver com políticas docentes aligeiradas que privilegiam apenas a quantidade de formados para atender à demanda. É possível, mas também urgente, no contexto atual, qualificar melhor as formações docentes, seja a inicial nas licenciaturas ou as continuadas para os professores em exercício.

A evolução das matrículas no conjunto das licenciaturas demonstra um crescimento de proporções expressivas no decorrer deste século. Dentre os cursos de licenciatura os que mais têm crescido são os de pedagogia.

Observa-se que a expansão das matrículas na licenciatura acontece, sobretudo, por meio da via privada, no entanto, para cursos de licenciatura em áreas específicas (como física, história, matemática etc.) as instituições públicas são mais presentes.

Se em meados da primeira década do século o número de matrículas no setor privado já era maior do que no público (54% e 45%), essa diferença se acentua até 2016: as instituições privadas passam a responder por 62% dos estudantes, enquanto as públicas se responsabilizam por 38% deles.

Os cursos de pedagogia, que iniciam o século com alto percentual de matrículas no setor privado (67,6%), chegam em 2016 com 81,4%. Em 2016, mais da metade dos alunos da pedagogia frequentam cursos EaD nas instituições privadas. Note-se que, a formação oferecida aos professores dos anos iniciais da educação básica no decorrer dos anos 2000, feita predominantemente por intermédio de instituições privadas e pelo ensino a distância, está também, nos anos mais recentes, se expandindo nesses moldes em maiores proporções entre as licenciaturas das áreas específicas. O viés para oferta desses cursos na modalidade

EaD é muito preocupante e o impacto dessas novas abordagens nas redes de ensino precisa ser considerado.

Do total de alunos ingressantes nos cursos de licenciatura em 2013, a proporção de concluintes gira em torno de 50%. Essa perda representa enorme desperdício de recursos materiais e humanos.

Há dificuldade também de preencher as vagas oferecidas (vagas: 2,2 milhões, ingressantes: 595 mil). E a despeito da enorme procura pelas IES públicas e das poucas vagas existentes, 39% delas não são ocupadas; 92.892 estudantes que poderiam estar estudando nessas instituições deixaram de ser atendidos em 2016. No setor privado as vagas ociosas ficam em torno de 1,5 milhão.

### **E quem são os estudantes de cursos de licenciatura?**

- A maciça presença feminina no curso de pedagogia parece dar continuidade à trajetória de feminização do magistério na educação infantil e anos iniciais. Um dado novo a assinalar: com exceção dos cursos de pedagogia, a proporção de homens aumenta no cômputo geral das licenciaturas enquanto a de mulheres diminui.
- Acentua-se a tendência de inflexão dos estudantes para as faixas de renda mais baixa.
- Confirma a tendência de as famílias dos estudantes em licenciatura terem baixo nível geral de escolarização.
- Aumentou o número negros nas licenciaturas, especialmente Pedagogia. Os estudantes indígenas, embora em pequenos números, estão presentes em todos os cursos de licenciatura.
- A escolha pelos cursos de licenciatura para muitos é uma opção possível de atividade profissional e não necessariamente aquela pela qual eles optariam se tivessem outras alternativas viáveis de escolha. Há também, entre os licenciandos, uma visão romântica da profissão.

O aumento de subsídios públicos para o setor privado, as baixas mensalidades cobradas principalmente na modalidade a distância, a maior oferta de instituições e cursos no período noturno, são fortes atrativos para a população que demanda por licenciatura, em especial pela pedagogia. Esse segmento também, não raro, se autoexclui da concorrência por conta das vagas públicas e pela distância social que o separa do universo cultural dessas instituições.

## **E a Formação inicial nas licenciaturas? Quais tendências e desafios?**

Quanto ao processo formativo, os referenciais e as diretrizes curriculares de âmbito nacional para a educação básica existentes pressupõem um currículo ordenado por grandes áreas de conhecimento, que permitem pensar em uma perspectiva integrada as diferentes áreas e disciplinas escolares do ensino fundamental e médio.

Entretanto, as licenciaturas continuam, grosso modo, voltadas para as disciplinas específicas do currículo da escola básica e não propriamente para uma formação mais integrada e interdisciplinar. Além da fixação estritamente disciplinar, a formação em educação, especialmente as didáticas e metodologias de ensino, mostra carências evidentes nos currículos das licenciaturas. A cultura dominante é fundamentalmente bacharelesca.

Por outro lado, há novas culturas formadoras gerando novos processos, novas práticas, novas perspectivas e metodologias.

Nas análises realizadas observamos que os cursos de formação têm trabalhado mais com as concepções do professor reflexivo e investigador e mais recentemente com a busca do trabalho colaborativo. No entanto, a intersecção dessas concepções com as implicações das questões de justiça social e para contemplar o ensino para a diversidade, se faz ainda pouco presente.

Há avanços, mesmo que pontuais:

- Há iniciativas presentes em vários pontos (locais) do país, mas ainda são muito pouco institucionalizadas, dependentes de esforços pessoais por falta de políticas contínuas.
- Há iniciativas tanto de docentes em busca de alternativas formativas, como também propostas institucionais em universidades (poucas).
- A análise das experiências evidencia uma maior preocupação em promover a articulação entre teoria e prática, e em favorecer a aproximação do licenciando com a escola.
- A formalização da parceria entre universidade e escola, para atividades conjuntas, mostra-se como um fator importante para que haja uma verdadeira responsabilidade compartilhada na formação docente.

Destaco que é fundamental superar nossa condição histórica de não atribuir a devida importância à formação de professores para a educação básica, visando à sólida formação para o exercício do magistério, aliada à construção de uma carreira digna. Não podemos aceitar a máxima de que qualquer um pode ser professor.

Também não podemos esquecer que a docência é um trabalho com base tanto em conhecimentos e competências específicas, como em princípios e valores profissionais, postura que demanda uma formação inicial coerente, consistente, integrada e interdisciplinar.

Assim, mudar as dinâmicas formativas atuais é imperioso, o que demanda ação mais incisiva do MEC e do CNE, dado que a grande maioria dos cursos de formação inicial de professores, nas graduações no ensino superior, está na alçada do governo federal. Essa questão está posta tanto no PNE (2014-2024), como no Parecer CNE/CP no 02/2015 e Resolução no CNE/CP 02/2015.

É fundamental, também, definir ações políticas que considerem as etapas de desenvolvimento profissional do docente. Destaco aqui a urgência de desenvolver ações para tornar a carreira mais atratividade e implementar políticas de indução para professores iniciantes. Também requer atenção ações direcionadas a estimular a autonomia progressiva e responsável do professor no desenvolvimento da carreira.

### **Para finalizar, algumas recomendações no âmbito das políticas públicas para a formação inicial**

1. Ter claro o perfil desejável desse profissional, considerando que será um agente atuante na construção de aprendizagens relevantes à vida humana e social.
2. Levar em conta as dificuldades que se vinculam ao nível de preparação dos estudantes que escolhem os cursos de licenciatura e estimular as instituições de ensino superior que os recebem a desenvolver propostas pedagógicas que permitam a superação dessas barreiras.
3. Estudar cuidadosamente a oferta de cursos de licenciatura dimensionando-a com maior cuidado, atentando para as áreas de conhecimento dos currículos da educação básica.

4. Repensar as propostas imediatistas e programas de formação rápida e em modalidades de educação a distância que não têm contribuído para aumentar a sua qualidade. Torna-se necessário aliar a perspectiva da qualidade à da quantidade. Formar professores é coisa séria!
5. Investir na socialização de experiências bem-sucedidas de formação inicial.
6. Fomentar políticas públicas de Programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID);
7. Especificar aquilo que é próprio da ação docente em meio aos diferentes conhecimentos que lhe servem de suporte e fundamento. Identificar, analisar e refletir sobre os conhecimentos que estão na base da docência é fundamental para orientar a formulação de programas e políticas públicas.
8. Fortalecer o papel da parceria entre as universidades e escolas públicas de educação básica, a fim de incentivar propostas na formação inicial que favoreçam as necessidades e as demandas das escolas públicas, contribuindo para incrementar conhecimentos no campo educacional e da formação de professores.
9. Incentivar, na formação inicial, ações que apostem no trabalho colaborativo, na inovação e criatividade, propiciando oportunidades para a realização de discussões pedagógicas por área de conhecimento e o incremento de novas práticas educacionais, empregando, neste sentido, diferentes estratégias didáticas, o uso das tecnologias digitais e o desenvolvimento de atividades culturais, entre outras experiências. Nos cursos de formação para a docência quase não se trabalha com projetos integrados e interdisciplinares, com uso de recursos midiáticos, por exemplo.
10. Incentivar o desenvolvimento de pesquisas no campo da formação de professores de modo a dar sustentação teórico-metodológica à formação de professores;
11. Implementar processos de credenciamento das IES de forma sistemática e consistente, o que implica criar meios de acompanhamento específico das licenciaturas, observando suas propostas curriculares e sua efetividade nas comunidades escolares. Aprimorar o Enade nessa perspectiva também é importante.

12. Especificamente em relação ao curso de Pedagogia: é urgente rever as DCN para esse curso que ficou esquizofrênico: não é possível formar, com qualidade, em um mesmo curso, considerando o perfil do aluno ingressante, o profissional que vai atuar na educação infantil, nos anos iniciais, que vai trabalhar com alfabetização e letramento, na coordenação pedagógica, na gestão da escola, na Educação de Jovens e Adultos, nas OSCs etc.

**E na formação continuada as recomendações são:**

1. Desenvolver ações políticas que considerem as etapas de desenvolvimento profissional do docente, as condições de trabalho e plano de carreira.
2. Implementar políticas que formem e fortaleçam, em conjunto, o corpo docente e a equipe gestora (diretores e coordenadores pedagógicos), aproveitando as competências disponíveis e colocando-as a serviço do projeto pedagógico da escola.
3. Ampliar a oferta da formação continuada para atender a professores de todos os níveis e modalidades de ensino, garantindo que as ações formativas não se restrinjam apenas às áreas de Português e Matemática, privilegiadas em função de serem alvo de avaliações de sistema e comporem o Ideb.
4. Incentivar a continuidade de programas bem-sucedidos, bem como na socialização de experiências exitosas de formação continuada em diferentes níveis e modalidades de ensino.
5. Desenvolver ações de formação continuada que contribuam para aumentar o capital cultural dos docentes, atitude central para todos aqueles que se dedicam a formar as novas gerações.
6. Ampliar o tempo dedicado às ações de formação continuada, de modo que elas não se restrinjam apenas às reuniões pedagógicas coletivas. É poderosa a formação que ocorre no lócus da escola e que se dá colaborativamente.
7. Apoiar as escolas – equipe gestora e corpo docente – e incentivá-las a: experimentar novas práticas educacionais, submetendo-as ao debate crítico no âmbito das redes de ensino; e a empregar as inovações divulgadas nas ações de formação continuada.

8. Avaliar os resultados dos programas de formação continuada e, portanto, sua qualidade, por meio da apropriação, por parte dos professores, dos conteúdos e das habilidades neles oferecidos, sempre diversificando as modalidades de avaliação.

Essas são apenas algumas considerações para contribuir com o debate.

Obrigada!

Patrícia Cristina Albieri de Almeida